

INTERFACES ENTRE MAX WEBER E PIERRE BOURDIEU NA ANÁLISE DE CLASSES

INTERFACES ENTRE MAX WEBER Y PIERRE BOURDIEU EN EL ANÁLISIS DE CLASES

INTERFACES BETWEEN MAX WEBER AND PIERRE BOURDIEU in class analysis

Vitor Matheus Oliveira de MENEZES¹

RESUMO: Este artigo aborda as proximidades e discordâncias entre Max Weber e Pierre Bourdieu na análise de classes. Para isso, são discutidos quatro temas: a contribuição weberiana sobre os tipos de estratificação social, notadamente classe e status; a análise de classes presente n’*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, com foco no aprendizado de disposições afinadas ao capitalismo competitivo; a proposta bourdieusiana sobre as posições de classe, decorrentes de procedimentos expressivos e do acesso diferencial às espécies de capital; e a incorporação dos *habitus* a partir das experiências de socialização.

PALAVRAS-CHAVE: Classe. Socialização. Max Weber. Pierre Bourdieu.

RESÚMEN: Este artículo aborda las proximidades y desacuerdos entre Max Weber y Pierre Bourdieu en el análisis de clases. Para ello, se discuten cuatro temas: la contribución weberiana sobre los tipos de estratificación social, en particular la clase y el estatus; el análisis de clase presente en *La Ética Protestante y el Espíritu del Capitalismo*, centrado en el aprendizaje de las disposiciones en consonancia con el capitalismo competitivo; la propuesta bourdieusiana sobre las posiciones de clase, derivadas de los procedimientos expresivos y del acceso diferencial a las especies de capital; y la incorporación del *habitus* a partir de las experiencias de socialización.

PALABRAS CLAVE: Clase. Socialización. Max Weber. Pierre Bourdieu.

ABSTRACT: This article focuses on similarities and disagreements between Max Weber and Pierre Bourdieu in class analysis. For this, four themes are discussed: the Weberian contribution regarding types of social stratification, notably class and status; the class analysis presented in *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, focusing on dispositions related to competitive capitalism; the Bourdieusian proposal on class positions, resulting from expressive procedures and differential access to capital species; and the incorporation of *habitus* based on socialization experiences.

KEYWORDS: Class. Socialization. Max Weber. Pierre Bourdieu.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Doutor em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3076-0815>. E-mail: vitmenezes@usp.br

Introdução

A análise de classes constitui um dos pilares da Sociologia, que se dedicou a discutir, desde meados do século XIX, as relações de poder nas sociedades modernas. Este artigo aborda as contribuições de dois dos autores mais importantes do campo, Max Weber e Pierre Bourdieu, salientando as interfaces implícitas e explícitas entre suas obras.

Sem dúvidas, a influência de Weber se manifesta em diversos escritos bourdieusianos. Benson (2006) afirma, por exemplo, que o ponto de partida para o conceito de campo foi o entendimento, originalmente weberiano, de que a modernidade seria responsável por diferenciar as sociedades em esferas de ação especializadas e parcialmente autônomas. Contudo, se os escritos weberianos sobre personalidade e ordenamento da vida serviram de inspiração, o autor francês analisou as formas de comportamento que poderiam se consolidar sem “interações reais”, o que o distanciou do individualismo metodológico (BOURDIEU; SCHULTEIS; PFEUFFER, 2011). Decerto, a postura de Bourdieu é semelhante quando reportada à análise de classes. A sociologia que se convencionou chamar de “disposicionalista” defendeu pressupostos básicos de Weber para, a partir de mudanças e acréscimos, “restituir às análises weberianas toda a sua força e alcance” (BOURDIEU, 2007b, p. 15).

Autores como Joppke (1986), Henry (2005) e Weininger (2005) afirmam que Bourdieu integrou os conceitos weberianos de classe e status em um mesmo construto teórico. Retomaremos o assunto mais adiante, mas surpreende que outros aspectos, talvez até mais significativos, tenham recebido pouca atenção da literatura acadêmica, como a análise de classes presente em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* e a sua influência no pensamento bourdieusiano. O mesmo pode ser dito sobre o caráter estratificado das disposições individuais e o estudo das práticas de socialização. Sendo assim, almejo preencher uma lacuna oportunamente apontada por Sell (2016), comparando, no interior de um tema circunscrito, as contribuições de Weber e Bourdieu para as investigações sobre estratificação social.

Este artigo se divide em mais quatro seções. Na primeira, apresento as contribuições weberianas que são comumente evocadas em estudos sobre classes, para na segunda, discutir elementos de *A Ética* que adensam o tema. Já na terceira, introduzo o mapeamento das posições de classe em Bourdieu, esforço complementado por uma quarta seção, que reflete o aprendizado de disposições por meio da socialização continuada.



Classe e status em Max Weber

Traduzindo as relações de poder em individualidades históricas específicas, os conceitos de classe e status expressam o acesso diferencial a recursos e oportunidades em sociedades estratificadas (WEBER, 1982)². A classe, constitutiva da ordem econômica, diz respeito à forma com que bens são produzidos e apropriados a partir de posições específicas no mercado. Já o status se refere ao acesso a recursos imateriais, tais como estima e prestígio, em um sistema de hierarquias simbólicas. Os estamentos assim produzidos, que compõem a ordem social, decorrem dos princípios de consumo de bens, gestando estilos de vida diferenciados (WEBER, 1982).

Para se caracterizar um grupo enquanto uma classe, são necessárias três condições especiais: os indivíduos compartilham um elemento causal em suas oportunidades de vida; este elemento é definido exclusivamente pela renda e propriedade; e advém das condições do mercado, de produtos ou de trabalho. O cruzamento entre esses pontos produz uma situação de classe, “oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida” (WEBER, 1982, p. 212).

As condições de vida e as experiências pessoais sintetizam o antagonismo entre a propriedade e a não-propriedade. Sobre o assunto, o autor confere importância ao tipo de propriedade a ser utilizado para o lucro e os tipos de serviços que podem ser oferecidos no mercado competitivo. Além de possibilitar a identificação de uma situação de classe, esses componentes caracterizam o sentido conferido ao uso da propriedade, o que distingue, por exemplo, os proprietários arrendatários dos proprietários empresários (WEBER, 2012).

Enquanto o binômio propriedade/não-propriedade volta-se às posições assumidas pelos indivíduos no mercado, o termo “classe social” contempla o caráter mutável da vida econômica, abarcando as situações de classe nas quais a mudança pessoal, bem como na sucessão entre gerações, é “facilmente possível e costuma ocorrer tipicamente” (WEBER, 2012, p. 199). Então, teríamos classes sociais em quatro tipos de situação de classe: nos trabalhadores em geral, e de maneira mais intensa com a automatização do processo de trabalho; na pequena burguesia; nos intelectuais não-proprietários e em especialistas profissionais; e nas classes dos proprietários e “privilegiados por educação”.

Entretanto, uma classe não corresponde necessariamente a uma comunidade definida e pautada por relações de pertencimento. Para Weber (1982), as classes, enquanto dimensões

² Sell (2016) afirma que a primeira contribuição weberiana sobre o assunto incluiu o “partido”, o que foi modificado em texto posterior, que integrou a coletânea *Economia e Sociedade* (WEBER, 2012). Por esse motivo, me atenho apenas aos conceitos de classe e status.



efetivas de motivação para a ação representam algo a ser produzido, não definido a priori, já que a “criação” das classes depende de interesses econômicos voltados à existência do mercado. O interesse de classe é uma direção de interesses que se desenvolve com certa probabilidade para uma média de pessoas submetidas à mesma situação de classe. Para que ocorram ações comunitárias correspondentes, é preciso que as condições culturais gerais, principalmente de tipo intelectual, sejam capazes de criar categorias com relativa importância para a orientação e motivação das ações. Em complemento, os contrastes entre as classes devem se tornar mais ou menos visíveis, revelando o vínculo entre causas e consequências da situação de classe. Esse vínculo, percebido e operacionalizado por indivíduos e grupos, esvazia a absolutização da ordem econômica, convertendo-a em algo passível de apreciação e mudança histórica.

Já os estamentos constituem comunidades em si, embora frequentemente do tipo amorfo, associados a “todo componente típico do destino dos homens, determinado por uma estimativa específica, positiva ou negativa, da honraria” (WEBER, 1982, p. 218). Se a situação de classe advém da disputa em dada ordem econômica, condicionada à posse de certos recursos, o status deriva do pertencimento a um grupo ou círculo social que institui, a partir de diferenças percebidas, determinada posição em uma hierarquia simbólica.

Comumente, a honra estamental se estabelece em um terreno diverso à posse no mercado competitivo. Embora os monopólios materiais proporcionem motivos para a categorização estamental, eles não são suficientes por si. Isto posto, é esperado um estilo de vida específico a todos que desejam pertencer a um círculo social, estando o desenvolvimento do estamento atrelado à experimentação da ordem social como algo “vivido” (WEBER, 1982, p. 218). Vê-se que a honra estamental se associa a valores que extrapolam a situação de mercado, inculcando a necessidade de símbolos distintivos como gostos, vestimentas, características da habitação, etiqueta e rede de amizades.

Os trechos acima permitem antever que classe e status não existem na realidade empírica, mas representam tipos ideais, ou seja, modelos abstratos que integram um quadro homogêneo de pensamento. Os tipos ideais são obtidos através da seleção e acentuação unilateral das dimensões entendidas como significativas em um fenômeno. O seu propósito é conectar e organizar fenômenos empiricamente difusos, isolados e ambíguos, revelando-se útil à pesquisa sociológica na medida em que serve de referência comparativa aos dados empíricos. Para Weber (2003, p. 105-106):

Oferece-nos um quadro ideal dos eventos no mercado dos bens de consumo, no caso de uma sociedade organizada segundo o princípio da troca, da concorrência livre e de uma ação estritamente racional [...]. Pelo seu conteúdo,



essa construção reveste-se do caráter de uma utopia, obtida mediante a acentuação mental de determinados elementos da realidade [...]. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos. É, portanto, a “ideia” da organização moderna e historicamente dada da sociedade numa economia de mercado [...]. Não é pelo estabelecimento de uma média dos princípios econômicos que realmente existiram em todas as cidades examinadas, mas antes, pela construção de um tipo ideal, que nesse último caso se forma o conceito de “economia urbana”.

A classe constitui uma “ideia” sobre a distribuição de poder. Porém, os casos concretos evidenciam a interface entre os dois tipos de estratificação, quando o “lugar” ocupado pelo indivíduo no mercado corresponde a um certo grau de prestígio e um “modo de vida”. Weber (1982) exemplifica a partir da categorização do espaço urbano nos Estados Unidos, em um contexto de “democracia tradicional”. Apenas moradores de determinadas áreas seriam considerados membros plenos da sociedade, qualificados ao relacionamento cotidiano. Nesse caso, existe uma convergência entre status e situação de classe, na medida em que o uso diferenciado do espaço urbano decorre do acesso à moradia enquanto uma mercadoria, submetida à “guerra de preços”. “De longe”, a situação de classe é o fator predominante para a expressão dos estilos de vida esperados em um estamento, já que esses estilos são economicamente condicionados³ (WEBER, 1982).

As ideias acima embasaram boa parte dos estudos neweberianos sobre classes. Em particular, Goldthorpe (2012) e Chan e Goldthorpe (2007) partiram dos conceitos de classe e status para afirmar que a desigualdade é um fenômeno bidimensional. De um lado, as classes traduzem as posições dos indivíduos no mercado de trabalho, considerando as relações empregatícias em uma estrutura ocupacional, que condicionam os comportamentos individuais e as “escolhas de vida”. De outro, o status se manifesta através dos vínculos amicais, traduzindo as percepções de proximidade e distanciamento em um sistema de hierarquias simbólicas.

É, de certa forma, um procedimento comum recorrer a essas referências para dar conta das contribuições de Weber sobre a estratificação social. Mas uma de suas análises mais robustas se encontra em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, que ainda assim, encontra pouco eco nesse campo de estudos.

³ Para Weber (2003), os fenômenos econômicos estão associados à satisfação de necessidades através da utilização de recursos limitados. Já os fenômenos economicamente relevantes apresentam, sob determinadas circunstâncias, um significado econômico, muito embora não sejam representativos dos atos conscientes voltados para fins econômicos. Finalmente, os fenômenos economicamente condicionados são em certo grau determinados ou influenciados por fenômenos econômicos, tal como acontece na distribuição do gosto artístico, que decorre da composição social do público apreciador.



A análise de classes em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*

Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber (2004) destaca um fato histórico que era facilmente observável: a maior presença de protestantes nos estratos proprietários de capital, bem como em camadas superiores da mão de obra qualificada. O autor explicou o fenômeno a partir das propensões para ver e agir que diferenciam as doutrinas religiosas. Os protestantes, com “uma inclinação específica para o racionalismo econômico”, eram dotados de disposições ajustadas ao mercado competitivo (WEBER, 2004, p. 33).

Contudo, a adequação entre a forma econômica capitalista e o seu “espírito” (a condução diária da vida pelos agentes, com base na ascese intramundana) não decorre de uma lei universal. A essa adequação, Weber (2004) dá o nome de afinidade eletiva, através da qual o protestantismo e a empresa capitalista se reforçaram mutuamente, o primeiro como forma e a segunda como força motriz⁴. Sendo uma “prova” da autenticidade da fé humana, o trabalho metódico e incansável foi valorizado pelas novas doutrinas, sublinhando a influência dos grupos sociais sobre o comportamento econômico (DENHARDT; JEFFRESS, 1971). Os dois polos do binômio propriedade (detentores de posses e bens de capital) e não-propriedade (expropriados dos meios de produção) assumiram o exercício do trabalho como uma “missão” a ser cumprida na terra, a partir da ideia de vocação profissional.

Mas para que fosse amplamente difundida, a ética capitalista precisou se sobrepor a alguns obstáculos, em especial ao tradicionalismo. Foi necessário um *gesinnung* ao trabalho que emancipasse os indivíduos dos padrões de vida costumeiros, guiados por cálculos de mínimo esforço. Na versão de língua inglesa, Talcott Parsons traduziu *gesinnung* para *attitude* ou *frame of mind*, enquanto na versão francesa, Isabelle Kalinowski optou por *disposition*. Termo similar (*disposição*) foi utilizado por José Mariani de Macedo na edição brasileira organizada por Antônio Flávio Pierucci.

Swedberg (2005) reconhece a pluralidade semântica que *gesinnung* assume em estudos neweberianos, ainda que com certa unidade de pensamento, ao evocar os estilos de vida, os *ethos* e as mentalidades que seriam típicas das empresas religiosas. Grossein (1999) partiu de entendimento semelhante, ao afirmar que *gesinnung* se dirige, no texto original, às inclinações e lógicas internas da ação econômica. A emergência de um *gesinnung* ajustado ao mercado competitivo não seria possível através de uma ação externa, como o aumento de salários, e sim como resultado de um processo educativo. Foi isso que permitiu a “apropriação subjetiva da

⁴ Portanto, o papel da Reforma Protestante não deve ser compreendido como uma “causa necessária” na gênese do capitalismo, mas como um elemento atuante em uma “constelação histórica” (WEBER, 2004).



religiosidade ascética por parte do indivíduo”, talhando uma nova “conduta de vida” (WEBER, 2004, p. 137). A superação da rotina tradicionalista pela educação religiosa, um fenômeno economicamente relevante e que é transversal às classes, constitui o problema central de *A Ética*.

Como exemplo, Weber (2004) confronta o comportamento das operárias pietistas com as ditas tradicionais. Ao contrário dessas últimas, as operárias pietistas apresentavam “sobriedade, espírito de poupança e domínio de si”, características que aumentavam a produtividade do trabalho (WEBER, 2004, p. 56). Vale notar que a educação religiosa não propiciava uma mobilidade socioeconômica ascendente, mas por outro lado, um aprendizado de classe, interno ao próprio operariado, garantia o cumprimento das demandas submetidas à mão de obra fabril. Já o empresariado capitalista passou a enxergar, também como resultado de um processo educativo, o lucro como algo não condenável e passível de persecução.

Se a racionalidade econômica atravessava as classes, apontando para convergências da educação religiosa, também se manifestava como um fenômeno socialmente estratificado. Os portadores das disposições modernas foram, sobretudo, os representantes da classe média ascendente industrial, por alguns motivos especiais: afastados do patriciado mercantil, que possuía fortunas familiares acumuladas por gerações, os “novos ricos” eram agentes que não se beneficiavam das imposições tradicionais à ação econômica. Por outro lado, a classe média ascendente diferia dos operários devido à situação de classe, pois desfrutavam de propriedades e bens de capital. Ainda que as disposições afinadas ao espírito capitalista tenham se manifestado posteriormente em outros grupos, foi a classe média ascendente o estrato capaz de impulsionar uma nova ordem econômica, tanto em sua forma, a partir de investimentos materiais, quanto em seu conteúdo, com base em uma racionalidade instrumental (WEBER, 2004).

Ao discorrer sobre os empresários capitalistas, Weber (2004, p. 63) afirma que esse grupo não correspondia aos “ricos de aparência mais óbvia ou refinada”, já que se opunha “à ostentação e à despesa inútil [...] e sente-se antes incomodado com os sinais externos da deferência social que desfruta”. De caráter utilitarista, o ordenamento da vida focava no comportamento economicamente interessado, que garantia retorno financeiro e investimento de capital. Um tipo ideal que se opunha ao estamento, baseado em estilos de vida e recursos distintivos, produtores de estima. Cabe afirmar que esses empresários eram os portadores de um padrão historicamente novo de estratificação, extrapolando uma conduta individual específica e marcando a cisão entre a sociedade moderna e o tradicionalismo feudal.



Em outra passagem, Weber (2004, p. 161) afirma:

Surgira um *ethos* profissional especificamente burguês. Com a consciência de estar na plena graça de Deus e ser por ele visivelmente abençoado, o empresário burguês, com a condição de manter-se dentro dos limites da correção formal, de ter sua conduta moral irrepreensível e de não fazer de sua riqueza um uso escandaloso, podia perseguir os seus interesses de lucro e devia fazê-lo. O poder da ascese religiosa, além disso, punha à disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos, extraordinariamente eficientes e aferrados ao trabalho como se finalidade de sua vida, querida por Deus.

Economicamente condicionadas, as “experiências pessoais de vida” configuraram o exercício da doutrina protestante em diferentes classes. Separados entre proprietários e não proprietários, detentores de capital e vendedores da força de trabalho, os indivíduos expressavam a fé a partir da situação de classe. De um lado, a adoção de disposições modernas, associadas à racionalidade instrumental, permitiu a libertação da busca pelo lucro como algo digno e eticamente coroado. De outro, o trabalho disciplinado, como um fim a ser perseguido, subsidiou a formação de uma mão de obra “disposta” a assumir formas de ver e agir condizentes com o capitalismo moderno.

Todavia, os meios de incorporação do *gesinnung* foram apenas sugeridos. Weber (1982, p. 309) afirma que a “ética econômica refere-se aos impulsos práticos de ação que se encontram nos contextos psicológicos e pragmáticos das religiões”. Com efeito, Kemper (1968) diz que a ética protestante, como um sistema de valores baseado no individualismo, no ascetismo e na racionalidade, se perpetuou através do comprometimento dos indivíduos com a busca pela salvação. É coerente apontar que a socio-psicologia de *A Ética* se concentra na dimensão cognitiva do comportamento, já que a personalidade e a condução da vida são moldadas pelas visões “totais” de mundo (SPENCER, 1979). Ao discutir a influência dessas visões nas motivações e estímulos pessoais, *A Ética* não apresentou uma teoria mais sistemática sobre a socialização, ainda que Weber tenha tocado no assunto em outros escritos⁵. A adoção do comportamento ascético decorre da legitimidade das novas doutrinas religiosas, detentoras do monopólio da salvação, o que garantiu o engajamento dos indivíduos às suas orientações normativas.

Se, em Weber, podemos falar de uma “socialização ética” (BARBALET, 2008), responsável por disseminar padrões de comportamento ajustados ao funcionamento do mercado competitivo, esse tipo de socialização é mais anunciado do que analisado. O processo educativo,

⁵ Como, por exemplo, quando Weber (2012, p. 141) reconhece que a dominação exercida pela família e pela escola propicia a “formação do caráter dos jovens”, para além da circulação de bens culturais.



que reforça e justifica o espírito capitalista em diferentes posições de classe, permaneceu distante de uma instrumentalização empírica. Antes, já era possível pontuar os diálogos entre Weber e a denominada “sociologia disposicionalista”, mas aqui, as semelhanças e diferenças saltam aos olhos.

Para avançar nessa agenda investigativa, a próxima seção discute como em Pierre Bourdieu as posições de classe são produzidas, e logo após, como ocorre a introjeção das disposições para ver e agir no mundo. As interfaces entre as duas abordagens serão apresentadas de maneira gradativa no decurso do texto.

A “criação” de classes em Pierre Bourdieu

Segundo Bourdieu (2011), cada indivíduo ocupa uma “posição” na vida em sociedade, responsável por determinar suas preferências e padrões de comportamento. Essas posições embasam a disputa por recursos escassos, condicionando o usufruto de bens materiais e reconhecimento (BOURDIEU, 2007a).

A posição ocupada por um indivíduo ou grupo advém do acesso às espécies de capital, material e incorporado, que circulam e são apropriadas em contextos particulares. Nas sociedades capitalistas desenvolvidas, as posições decorrem especialmente de duas espécies de capital (BOURDIEU, 2001): o capital econômico, materializado e definido pela posse de riquezas e pertences; e o capital cultural, relativo ao conhecimento incorporado e à formação com validade institucional. A essas espécies, soma-se o capital social, com menor peso relativo, que diz respeito às relações sociais capazes de garantir o acesso a oportunidades, influência e estima.

As espécies de capital conferem aos indivíduos a capacidade de exercer poder em determinados campos. Sobre este conceito, o autor oscila entre um sentido mais amplo e um sentido mais restrito. Segundo Peters (2006), o campo representa, no primeiro caso, um espaço social abrangente, como um espaço de classes. Já no segundo, o conceito retrata um campo especializado de práticas, em um “jogo” definido pela capacidade dos indivíduos se apoderarem de recursos materiais e imateriais.

Para além da configuração momentânea dos campos, o autor inclui em seu modelo um olhar diacrônico, a partir do que denomina “efeito de trajetória”. Quando um indivíduo ocupa um lugar no espaço social, não necessariamente permanece nele com o passar do tempo. É comum que ele percorra diferentes posições, sintetizando as mudanças nos padrões de comportamento e no acesso aos capitais (BOURDIEU, 2011; 2007a). Ocasionalmente, as



trajetórias se manifestam enquanto experiências coletivas, quando uma fração da classe “está destinada a desviar-se em relação à trajetória mais frequente para a classe no seu todo”, se desclassificando “pelo alto ou por baixo” (BOURDIEU, 2007, p. 104). Mas as trajetórias não dependem inteiramente da vontade pessoal. A posição de origem já determina quais caminhos são possíveis, definindo as possibilidades que se “oferecem objetivamente” aos indivíduos.

A esse aspecto objetivo, que institui as classes enquanto componentes da realidade, o autor inclui outro, de caráter simbólico, que visa dar conta dos processos de classificação e reclassificação que “fabricam” os grupos. Bourdieu (2013; 2007a) defende que as posições sociais não são apenas reflexo de indicadores como renda e escolaridade, mas também se associam a atos de linguagem, responsáveis por definir as práticas sociais relevantes e as fronteiras entre os grupos. Por esse motivo, Wacquant (2013, p. 96) afirma que uma das principais inovações da análise bourdieusina foi o questionamento do “status ontológico dos grupos”, considerado os esquemas práticos e de apreciação que são compartilhados na vida cotidiana.

Em suma, as posições no espaço social são dotadas de significado a partir de categorias que distinguem indivíduos e grupos. As diferenças no acesso a bens, serviços e poderes, percebidas através dessas categorias, convertem-se em diferenças simbólicas e passam a compor uma linguagem específica (BOURDIEU, 2013). A ideia principal é que o indivíduo, por estar em um espaço social, não pode ser indiferente. Cada pessoa é dotada de representações que lhe permitem estabelecer juízos de valor. Uma diferença só se torna uma diferença socialmente “pertinente”, ou poderíamos dizer, reconhecida e eficaz, quando é percebida por um agente ou grupo dotado da capacidade de converter, com base em um esquema classificatório, a diferença observável em uma distinção significativa (BOURDIEU, 2007a).

Os indivíduos que ocupam o mesmo lugar no espaço social, embora não passem necessariamente pelas mesmas experiências, apresentam maior probabilidade de compartilhar situações cotidianas do que indivíduos “distantes” (BOURDIEU, 2013). Ao assumir uma posição social, um indivíduo passa a ser submetido a experiências sociais particulares, compartilhadas parcialmente por agentes “próximos”. É isso o que permite ao conhecimento sociológico traçar classes teóricas “tão homogêneas quanto possível”, ainda que não condigam com classes “atuais” ou “reais”, como grupos efetivamente mobilizados e unificados por interesses (BOURDIEU, 2011, p. 24). O conhecimento das posições justapostas em um espaço social permite o recorte analítico das classes em seu sentido “lógico”, representadas por agentes em posições idênticas ou próximas e que, submetidos a condições similares, propendem a desempenhar práticas e “tomadas de posição” semelhantes (BOURDIEU, 2011).



Em outras palavras, as classes explicativas são classes “prováveis”, reunindo indivíduos que compartilham experiências sociais cotidianas, mais sujeitos portanto a endossar projetos comuns de mobilização (BOURDIEU, 1989; 2011). Deve-se notar que a proximidade no espaço social não desemboca de maneira imediata na unidade de indivíduos. A passagem do teórico e provável para o real e concreto, “algo que se trata de fazer”, decorre da circulação de um conjunto de recursos simbólicos, produzindo percepções de pertencimento a uma posição social e de distinção para com outros agentes “distantes” (BOURDIEU, 2011). Como resume Bottero (2004), a proposta de Bourdieu é fundamentalmente relacional, já que uma classe, seguindo a “lógica da distinção”, sempre é definida a partir da sua posição frente a outras.

Não é segredo que Bourdieu se inspirou fortemente nos escritos weberianos. Como aponta o autor francês, a posição ocupada no espaço social confere ao agente um conjunto de propriedades intrínsecas (próprias da posição, associadas às condições de existência) e relacionais (relativas a outras posições) (BOURDIEU, 1989). Essa dualidade já havia sido apontada anteriormente por Weber, segundo o qual, a condição de camponês poderia ser definida tanto por elementos inerentes ao trabalho com a terra quanto pela posição em relação a outros grupos sociais (BOURDIEU, 2007b). Na realidade empírica, o primeiro elemento (as propriedades da situação de classe) se relaciona intimamente com o segundo (as propriedades da posição de classe), cabendo ao sociólogo isolá-los por um esforço de abstração.

Bourdieu (2007b, p. 14, grifos no original) também pondera que Weber “opõe a classe e o grupo de *status* como dois tipos de unidades *reais* que se confundiriam de modo mais ou menos frequente”, a depender do grau de autonomização da ordem econômica em uma sociedade. Em contrapartida, Bourdieu propõe que classe e status são unidades nominais, dependendo da acentuação do aspecto econômico (classes) ou simbólico (status) nas relações humanas. A ordem social é apenas relativamente autônoma, já que exprime as diferenças econômicas a partir de uma lógica própria, transmutando os bens em signos e as ações econômicas em atos comunicativos (BOURDIEU, 2007b). Isso faz com que as diferenças observáveis sejam convertidas em distinções significantes, fenômeno que o autor chama de “duplicação expressiva”.

Bourdieu (2007b) incluiu esses procedimentos expressivos na análise de classes. O principal motivo dessa inclusão é o fato de que a autonomização da ordem econômica, baseada na produção e aquisição de bens, nunca ocorre de maneira completa, mesmo nos países capitalistas desenvolvidos. Mas nem todos os indivíduos estão aptos a participar dos procedimentos expressivos, pois “o jogo das distinções simbólicas se realiza [...] no interior dos



limites estreitos definidos pelas coerções econômicas”, o que faz com que a distinção se desenrole como um “jogo de privilegiados” (BOURDIEU, 2007b, p. 25).

Os conceitos de classe e status subsidiaram boa parte do debate sobre as interfaces entre Weber e Bourdieu na análise de classes (JOPPKE, 1986; HENRY, 2005; WEININGER, 2005). Archer e Orr (2011, p. 109) são assertivos ao afirmar que Bourdieu promoveu uma “reconceituação” do modelo weberiano, “colapsando” a fronteira entre classe e status. Por conseguinte, a dimensão material (efeitos da ordem econômica sobre as chances de vida) e a dimensão simbólica da vida em sociedade (percepção, valoração e agência sobre as posições sociais) passaram a compor um único modelo teórico.

Ainda que a proposição bourdieusiana tenha sido bem-sucedida e bastante referenciada, o diagnóstico sobre Weber apresenta uma falha importante. Defendi no primeiro tópico que classe e status não constituem unidades reais, como apontado por Bourdieu, mas sim tipos ideais, que nunca se realizam plenamente na realidade empírica. Como qualquer tipo ideal, o seu objetivo é essencialmente analítico, maximizando os aspectos entendidos como significativos para a compreensão de um fenômeno (no caso, os princípios de estratificação em certas individualidades históricas). Enquanto Bourdieu se dedicou à “acentuação” dos aspectos materiais e simbólicos por meio de atos de linguagem, Weber propôs uma “acentuação mental” por parte do pesquisador, ao elaborar tipos homogêneos e simplificados que possuem alto poder explicativo. Em vez de ter promovido uma “reconceituação” de Weber (ARCHER; ORR, 2011), Bourdieu realizou uma guinada metodológica, se afastando de um modelo puro de estratificação para, a partir da análise indutiva, discutir a divisão de classes na sociedade francesa.

Classes, disposições e socialização do *habitus*

Em diversas passagens, Bourdieu critica escolas teóricas que seriam incapazes de compreender acuradamente os fenômenos sociais. Suas críticas apontam para uma nova teoria da socialização, baseada no aprendizado de disposições e no comportamento pré-reflexivo.

O objetivismo considera a “estrutura” como algo já dado, de maneira dissociada da história dos indivíduos e grupos (BOURDIEU, 2013). Isso obscurece as práticas que reproduzem e atualizam as propriedades de um campo, cabendo ao agente apenas um papel de suporte (BOURDIEU, 1989). Já para o subjetivismo, a consciência independe da incorporação de propriedades estruturais. O resultado é uma abordagem “totalmente a-histórica” (BOURDIEU, 2001, p. 179), que leva em conta a presença no mundo como algo evidente,



familiar, sem historicizar as condições que permitem tal apreciação. Finalmente, a teoria da ação racional compreende a ação interessada no máximo benefício como uma prática universal do *homo economicus*, pressuposto considerado pelo autor como “irreal”. Segundo Bourdieu (2013), essa modalidade de ação retrata um fenômeno específico, condicionado aos atributos que permitem o pensamento utilitarista de longo-prazo.

A análise bourdieusiana se apoia nessas críticas para introduzir o conceito de *habitus*, derivado do termo aristotélico *hexis*. Outros pensadores já haviam empreendido essa iniciativa, como Friedrich Hegel (*hexis*), Edmund Husserl (*Habitualität*) e Marcel Mauss (dimensão corporal da *hexis*) (BOURDIEU, 1989). Como segue Bourdieu (1989, p. 62), a despeito de discordâncias importantes, os autores citados miraram “sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto”. Ao definir o *habitus* como um sistema de disposições (modos de fazer, pensar e sentir) transmitido através da socialização continuada, a sociologia bourdieusiana reforçou essa perspectiva.

Vimos que os indivíduos em posições sociais “próximas” são submetidos a experiências semelhantes. Isso vale para a socialização continuada, que garante o aprendizado do *habitus* a partir de transações afetivas entre o indivíduo e o ambiente social (BOURDIEU, 2001). Pela socialização, o indivíduo adquire um sistema coerente de “princípios geradores e organizadores de práticas e representações”, e passa a se orientar por uma consciência pré-reflexiva que antecipa os resultados das ações com base nas experiências passadas, da mesma forma que dota o mundo de sentidos, tornando-o passível de compreensão (BOURDIEU, 2013, p. 97). Por esse motivo, autores como Bidet (1979) associam a internalização do *habitus* ao aprendizado de esquemas culturais que fundamentam o comportamento e as visões de mundo.

O *habitus* tende à estabilidade, por dois motivos principais. Em primeiro lugar, as disposições procedem das condições de existência, como uma tradução particular das necessidades econômicas e sociais “externas” (BOURDIEU, 2013). Nos países capitalistas desenvolvidos, ainda que as experiências de mobilidade socioeconômica tenham sido amplamente documentadas pela Sociologia desde o pós-Segunda Guerra, as fronteiras entre as classes não são tão porosas. A permanência do *habitus* em uma trajetória se deve à estabilidade das condições de existência, e não à toa, Bourdieu enfatizou a associação entre socialização e posição de classe, como um mecanismo de reprodução das estruturas sociais (SILVA, 2016).

Em segundo lugar, o *habitus* funciona como um filtro de informações, sedimentando uma visão de mundo que é mais ou menos coerente. Isso levou Bourdieu (2011) a ressaltar a importância da socialização familiar, já que as disposições ensinadas precocemente pelas famílias tendem a ser mantidas e aplicadas em outros ambientes, verificando-se uma linha de



complementaridade entre a família, a escola, o trabalho e os espaços de consumo. Entretanto, a relação entre as condições de existência e o *habitus* não ocorre sem mediações contextuais. O cotidiano se desenrola através do confronto imprevisível entre o *habitus* e o “acontecimento”, cabendo à pesquisa sociológica examinar os possíveis desajustes entre as condições sociais de geração do *habitus* e as condições sociais nas quais ele se manifesta.

Penso que a teoria da socialização de Bourdieu pode complementar a introjeção do *gesinnung* (ou das disposições, como se costumou traduzir o termo) pelo protestantismo ascético. Weber (2004, p. 165) afirma que a moralidade intramundana foi dominada pelo racionalismo, exercendo uma “pressão avassaladora [sobre] o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem”. Em um trecho bastante conhecido, essa determinação foi caracterizada como uma “rija crosta de aço”, *ein stahlhartes Gehäuse* no original, ou *iron cage* na tradução de Parsons. O resultado foi a consolidação de uma nova “ética político-social” que alicerçou “o modo de organização e de funcionamento das comunidades sociais” nas economias de mercado (WEBER, 2004, p. 166).

Para Laval (2006), essa ética representa o *habitus* capitalista sedimentado. Se esse *habitus* precisou de uma justificativa moral para obter validade, o que pegou emprestado da legitimidade das empresas religiosas, logo após se tornou um sistema naturalizado de disposições pré-reflexivas. Essa interpretação foi sugerida pelo próprio Bourdieu (2007b), que salientou o papel do poder religioso na transformação das práticas e das visões de mundo. Em outras palavras, Weber analisou a formação de um novo “*habitus* religioso”, transponível e inculcado pela educação religiosa.

Pode-se dizer que o ponto de partida para o aprendizado desse *habitus* foi a criação de uma comunidade religiosa, verificando-se, além disso, uma afinidade entre as promessas de salvação e as posições de classe (legitimação da ordem para as classes privilegiadas, e promessa de compensação dos infortúnios pessoais para as classes desfavorecidas) (WEBER, 1982). Mas *A Ética* apenas tematizou os mecanismos que garantiram a introjeção do *habitus*, anotando uma vinculação mais ou menos direta entre as visões “totais” de mundo e os padrões de comportamento (SPENCER, 1979). Isso não diminui o fato de que Weber fixou um ponto de não retorno no campo sociológico, e assim, alguns assuntos se tornaram bastante discutidos, como a importância dos sistemas de crenças para o funcionamento do capitalismo competitivo. Segundo Héran (1987, p. 390, tradução nossa), é até mesmo possível identificar em *A Ética* o “elemento motor da invenção sociológica do *habitus*”.

Não pretendo apresentar uma genealogia do conceito, tarefa já realizada por Nash (1999). É sabido que Bourdieu leu *A Ética* com um objetivo particular, ponderando como as



descrições sobre a ação econômica tradicional o ajudariam a entender o *M'Zab*⁶ (BOURDIEU; SCHULTEIS; PFEUFFER, 2011). Porém, mais do que discutir a inspiração para o conceito de *habitus*, cabe reconhecer algumas pontes entre as duas contribuições, sobretudo no que diz respeito à incorporação das formas de ver e agir no mundo e sua importância para a análise de classes. Ambos os autores constataram que as disposições individuais, no fundo, são fenômenos coletivos. Mas é precisamente nesse argumento onde reside uma diferença importante entre as duas abordagens.

Em Weber, o *gesinnung* capitalista se baseia na racionalidade instrumental e na ascese intramundana, como uma experiência histórica que é compartilhada pelos indivíduos. O autor fez uso de um olhar retrospectivo, que é tão caro ao historicismo alemão, para discutir as raízes e os aspectos significativos desse *ethos* coletivo. Logo, *A Ética* sublinha a passagem da estratificação estamental para a estratificação por classes, algo que demandou a incorporação de um *gesinnung* específico através da educação religiosa. Ainda que Weber reconheça o caráter estratificado dessa incorporação (vale lembrar a apologia ao lucro e o trabalho disciplinado, respectivamente entre os proprietários e os não-proprietários), sua obra aponta para uma convergência histórica. Através dela, os indivíduos passaram a ser guiados por um *habitus* capitalista que é mais ou menos generalizado, no sentido conferido por Laval (2006).

Já Bourdieu examinou as disputas efetuadas por grupos sociais no acesso a bens materiais e simbólicos. Seus escritos tratam da influência das condições de existência sobre as disposições individuais, com ênfase nas práticas de aprendizado que transmitem as formas de ver e agir no mundo. As posições de classe atravessam essas disposições, ao mesmo tempo como condicionantes (quais práticas são possíveis, já que dependem do investimento de recursos) e como dimensões estruturantes (quais experiências decorrem das posições de classe). O segundo ponto é o que mais avançou no campo sociológico de Weber a Bourdieu, e por isso, é útil ler os escritos weberianos à luz de contribuições mais recentes.

Se, para o autor alemão, o *gesinnung* representa um *ethos* coletivo minimamente compartilhado, em Bourdieu, o *habitus* condiz com um senso prático e pré-reflexivo que é relacional (adquire sentido através da atuação dos indivíduos em um espaço de classes) e amplamente variável. O que permitiu essa “virada” foi a adoção de uma abordagem sincrônica, que em vez de dirigir um olhar retrospectivo ao espírito capitalista, verificou empiricamente como as práticas de socialização e transmissão de recursos edificam as disposições individuais. Enquanto Weber analisou a formação de um *habitus* capitalista, Bourdieu discutiu a formação

⁶ Um território no deserto arábico habitado pelos *Kharijites*, muçulmanos com estilo de vida ascético que muito se assemelhavam aos puritanos estudados por Weber.



diferencial de certos *habitus* no interior das sociedades capitalistas, onde os indivíduos vivem em “mundos” particulares a depender da sua origem e trajetória social.

Essa perspectiva alavancou os estudos empíricos sobre estratificação social, em especial, ao apresentar uma teoria da socialização que ultrapassou o aspecto evocativo encontrado em Weber. Para avançar nessa agenda investigativa, pesquisas futuras podem vir a articular as duas abordagens, recuperando o surgimento de certos *ethos* coletivos, responsáveis por modificar as relações humanas e a produção e circulação de recursos; e sua manifestação nos estratos de classe, não apenas em um sentido geral e coerente, mas observando os seus contornos e desajustes em diferentes “lugares” do espaço social.

Considerações finais

Os estudos sobre estratificação social tendem a examinar a distribuição de recursos e de oportunidades, bem como a adoção diferencial de valores e padrões de comportamento. Este artigo sistematizou as contribuições de Max Weber (em uma abordagem histórica baseada em tipos ideais) e Pierre Bourdieu (em uma análise relacional dirigida à lógica da distinção) sobre o assunto, ressaltando as interfaces entre as duas abordagens.

Em Weber, a classe aparece como o tipo de estratificação que caracteriza as sociedades modernas, traduzindo a posição no mercado e as chances de vida decorrentes. Já Bourdieu atribui um significado amplo ao conceito, incluindo tanto os aspectos materiais quanto os procedimentos expressivos, reportados por Weber a um sistema de hierarquias simbólicas (status).

Ainda que essa mudança seja importante, é possível verificar uma linha de continuidade entre os autores. Em primeiro lugar, isso se manifesta na diferença entre a elaboração teórica das classes, dada a cabo pelo conhecimento sociológico, e a sua realização prática, na medida em que as posições sociais exercem uma influência significativa sobre as representações e os padrões de comportamento. Em segundo lugar, os indivíduos que ocupam as mesmas posições tendem a vivenciar experiências semelhantes, o que possibilita o surgimento de um interesse de classe. E em terceiro lugar, as classes possuem um caráter diacrônico, entre gerações e no interior de uma mesma geração, o que aproxima a “classe social” weberiana das trajetórias prováveis de Bourdieu.

Para complementar esse apanhado, o artigo discutiu as práticas de socialização em grupos distintos. Afirmo que a análise de classes presente em *A Ética* ocupa um lugar secundário no campo de estudos sobre estratificação, o que configura um equívoco, pois a obra



discute a incorporação do *ethos* capitalista em diferentes posições de classe, a partir da persecução do lucro e do trabalho disciplinado entre os proprietários e não proprietários, respectivamente. Weber também analisou a formação de um interesse de classe entre os membros da classe média ascendente industrial, que foram os primeiros representantes desse novo tipo de estratificação. Mas a partir de um olhar retrospectivo, Weber apenas sugeriu os mecanismos que garantiram o aprendizado de um *gesinnung* utilitarista, em uma espécie de socialização ética (BARBALET, 2008). Novamente, os textos de Bourdieu (2007b, p. 15) podem ajudar a “restituir às análises weberianas toda a sua força e alcance”.

Laval (2006) entende que o protestantismo ascético ocasionou o enraizamento de um *habitus* capitalista. Mas pensando para além de *A Ética*, as maiores dúvidas recaem sobre I) a estratificação desse fenômeno; e II) as práticas de aprendizado que transmitiram o *habitus* capitalista no ambiente familiar, em instituições educativas, na rotina de trabalho e através da educação religiosa.

Sobre o ponto I, vale lembrar que Weber discutiu as especificidades, em diferentes estratos, de um *gesinnung* afinado ao mercado competitivo. No entanto, essas novas disposições foram tratadas a partir de seus elementos mais significativos, enfatizando as condutas e representações que passaram a ser compartilhadas e que promoveram a transição da estratificação estamental para a estratificação por classes. As particularidades do *gesinnung* em cada situação de classe se esvaem frente a um quadro típico-ideal, o que faz com que a estratificação das disposições para ver e agir, o foco da análise bourdieusiana, seja tratada apenas tangencialmente.

Sobre o ponto II, mais do que constatar o poder do argumento religioso, garantido pela legitimidade das novas doutrinas e pelo ajuste entre as promessas de salvação e as condições de existência, o arcabouço bourdieusiano permite elucidar os repertórios disponíveis (objetivamente oferecidos aos indivíduos) na disputa por benefícios materiais (recursos e propriedades) e simbólicos (estima e prestígio). Bourdieu (2007b) evocou essa lacuna na obra de Weber para justificar o uso do conceito de “campo religioso”, que extrapolando as percepções individuais e as interações diretas, possui propriedades estruturais. Isso se aplica a outros campos e ao espaço social como um todo, composto pelas posições de classe que se originam da distribuição desigual das espécies de capital.

Bourdieu se dedicou ao aprendizado das formas de ação e pensamento pela socialização continuada, fenômeno fortemente diferenciado a partir das posições de classe. Essas posições se associam aos objetivos da socialização, através dos projetos de subsistência e mobilidade socioeconômica, e ao mesmo tempo condicionam os seus resultados, considerando a



disponibilidade das espécies de capital e sua capacidade de reconversão. Afirmar que, enquanto o *gesinnung* se manifesta como um *ethos* coletivo que marca um modo específico de organização das relações humanas, o *habitus* representa um sistema específico de práticas e representações, fortemente atrelado a uma posição no espaço social. A teoria do *habitus* também é inseparável de uma teoria da socialização, o que propiciou avanços empíricos importantes no campo de estudos sobre a estratificação social.

Ao final, o texto sugere que a abordagem bourdieusiana pode ser articulada à análise histórica de Weber. Um dos caminhos possíveis, seguindo os argumentos anteriores, combina a análise diacrônica da formação de certos *ethos* coletivos e o estudo sincrônico da sua manifestação particular em diferentes estratos de classe. Penso que isso constitui um tema interessante para pesquisas e debates futuros.

AGRADECIMENTOS: Agradeço aos integrantes do Grupo de Trabalho Teoria Social: Agendas, Desafios e Perspectivas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) pelos comentários endereçados a uma versão anterior deste artigo no ano de 2018. Também agradeço a Edison Bertoncelo, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e Murillo Marschner, professor deste mesmo Departamento, pelas discussões que muito me ajudaram na elaboração do artigo. Finalmente, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da Bolsa de Doutorado durante o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARCHER, P.; ORR, R. Class identification in review: past perspectives and future directions. **Sociology Compass**, v. 5, n. 1, p. 104-115, 2011.

BARBALET, J. **Weber, passion and profits: “The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism” in context.** New York: Cambridge University Press, 2008.

BENSON, R. News media as a ‘journalistic field’: what Bourdieu adds to new institutionalism, and vice versa. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 187-202, 2006.

BIDET, J. Questions to Pierre Bourdieu. **Critique of Anthropology**, v. 4, n. 13, p. 203-208, 1979.

BOTTERO, W. Class identities and the identity of class. **Sociology**, v. 38, n. 5, p. 985-1003, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.



- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007a.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007b.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiрус, 2011.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, P.; SCHULTEIS, F.; PFEUFFER, A. With Weber against Weber: in conversation with Pierre Bourdieu. *In*: SUSEN, Simon; TURNER, Brian. **The legacy of Pierre Bourdieu**: critical essays. London: Anthem Press, 2011. p. 111-124.
- CHAN, T.; GOLDTHORPE, J. Class and status: the conceptual distinction and its empirical relevance. **American Sociological Review**, v. 72, p. 512-532, 2007.
- DENHARDT, R.; JEFFRESS, P. Social learning and economic behavior: the process of economic socialization. **The American Journal of Economics and Sociology**, v. 30, n. 2, p. 113-125, 1971.
- GOLDTHORPE, J. Back to class and status: or why a sociological view of social inequality should be reasserted. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, v. 137, p. 201-215, 2012.
- GROSSEIN, J.-P. Peut-on lire en français ‘L’Éthique protestante et l’esprit du capitalisme’? **European Journal of Sociology**, v. 40, n. 1, p. 125-147, 1999.
- HENRY, P. Social class, market situation and consumers’ metaphors of (dis)empowerment. **Journal of Consumer Research**, v. 31, n. 4, p. 766-778, 2005.
- HÉLAN, F. La seconde nature de l’habitus: tradition philosophique et sens commun dans le langage sociologique. **Revue Française de Sociologie**, v. 28, n. 3, p. 385-416, 1987.
- JOPPKE, C. The cultural dimension of class formation and class struggle: on the social theory of Pierre Bourdieu. **Berkley Journal of Sociology**, v. 31, p. 53-78, 1986.
- KEMPER, T. Reference groups, socialization and achievement. **American Sociological Review**, v. 33, n. 1, p. 31-45, 1968.
- LAVAL, C. La “cage” de Weber”. **Temporel**: Revue littéraire et artistique. 2006. Disponível em: <http://temporel.fr/La-cage-de-Weber>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- NASH, R. Bourdieu, ‘habitus’, and educational research: is it all worth the candle? **British Journal of Sociology of Education**, v. 20, n. 2, p.175-187, 1999.
- PETERS, G. Bourdieu em pílulas (5): a teoria dos campos. **Que Cazzo**, 2006. Disponível em: <http://quecazzo.blogspot.com.br/search/label/Bourdieu?updated-max=2016-05-26T12:48:00-03:00&max-results=20&start=3&by-date=false>. Acesso em: 29 out. 2016.



SELL, C. Max Weber and the debate on social classes in Brasil. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, p. 351-382, 2016.

SILVA, E. Unity and fragmentation of the habitus. **The Sociological Review**, v. 64, p. 166-183, 2016.

SPENCER, M. The Social Psychology of Max Weber. **Sociological Analysis**, v. 40, n. 3, p. 240-253, 1979.

SWEDBERG, R. **The Max Weber dictionary**: key words and central concepts. Stanford: Stanford University Press, 2005.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes? **Novos Estudos**, v. 96, p. 87-103, 2013.

WEBER, M. Classe, Estamento e Partido. *In*: GERTH, Hans; WRIGHT MILLS, Charles (orgs.). **Max Weber**: ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982. p. 11-228.

WEBER, M. A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais. *In*: COHN, G. (org.). **Sociologia**: Max Weber. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 79-127.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

WEININGER, E. Foundations of Pierre Bourdieu’s class analysis. *In*: WRIGHT, E. (org.). **Approaches to class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 82-118.



Como referenciar este artigo

MENEZES, Vitor Matheus Oliveira de. Interfaces entre Max Weber e Pierre Bourdieu na análise de classes. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. 00, e022029, 2022. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27i00.15216>

Submetido em: 10/05/2022

Revisões requeridas em: 12/06/2022

Aprovado em: 18/07/2022

Publicado em: 21/12/2022

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

